

Espaço Jurídico: Journal of Law [EJLL]

v. 24 n. 2, julho/dezembro 2023

**EDITORA
UNOESC**

E-ISSN 2179-7943

Espaço Jurídico	Joaçaba	v. 24	n. 2	p. 167-366	jul./dez. 2023
-----------------	---------	-------	------	------------	----------------

© 2024 Editora Unoesc
Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc
É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a permissão expressa da Editora.
Rua Getúlio Vargas, 2125, Bairro Flor da Serra, 89600-000 – Joaçaba – Santa Catarina, Brasil
Fone: (55) (49) 3551-2065 – editora@unoesc.edu.br

Editora Unoesc

Coordenação

Tiago de Matia

Agente administrativa: Simone Dal Moro
Revisão metodológica: Carlos Libman, Esther Arnold, Paula Stechenski Zaccaron
Projeto gráfico e diagramação: Simone Dal Moro
Capa: Mix Comunicação

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

E77	Espaço Jurídico / Universidade do Oeste de Santa Catarina. – Vol. 1, n. 1 (jan./jun. 2000). – Joaçaba : Editora. Unoesc, 2000- v. ; 26 cm Semestral 2019-; Quadrimestral 2016-2019 ; Semestral 2000-2015; Publicado a partir do v. 13, n. 1 (2012) sob o título: Revista Espaço Jurídico : Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL] Modo de acesso: https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico Qualis Capes A1 ISSN 1519-5899 – ISSN on-line 2179-7943 1. Direito - Periódicos I. Universidade do Oeste de Santa Catarina.
-----	--

Doris 340.05

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária – Campus Joaçaba

Editores-Chefe

Wilson Antônio Steinmetz, Doutor, Professor PPGD Unoesc, Brasil
wilson.steinmetz@unoesc.edu.br

Robison Tramontina, Doutor, Professor PPGD Unoesc, Brasil
robison.tramontina@unoesc.edu.br

Editores Adjuntos

Carlos Luiz Strapazon, Professor PPGD Unoesc, Brasil
Cláudia Cinara Locateli, Professor PPGD Unoesc, Brasil
Marco Aurélio Rodrigues da Cunha e Cruz, Professor PPGD Unoesc, Brasil
Paulo Júnior Trindade dos Santos, Professor PPGD Unoesc, Brasil
Regina Stela Corrêa Vieira, Professor PPGD Unoesc, Brasil

Editores Assistentes

Deise Helena Krantz Lora, Doutora PUC-RS, Professora da Unoesc
Cláudia Cinara Locateli, Doutoranda, Professora da Unoesc
Afonso Carvalho de Oliva, Doutorando Universidade do Minho - Portugal
Michel Ferrari Borges dos Santos, Doutorando Unoesc
Isadora K. Lazaretti, Doutoranda Unoesc

Secretaria da Revista
Natálie Vailatti, Brasil

ejjl@unoesc.edu.br
Endereço eletrônico: <https://periodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico>

Indexações

FUNDACIÓN DIALNET | UNIVERSIDAD RIOJA, ESPAÑA
<https://dialnet.unirioja.es/>

SUMÁRIOS.ORG | BRASIL
<http://www.sumarios.org/>

ACADEMIC JOURNALS DATABASE
| SWITZERLAND | SUÍÇA
<http://journaldatabase.info>

DIADORIM | BRASIL
<http://diadorim.ibict.br/>

LATINDEX | UNAM, MÉXICO
<http://www.latindex.unam.mx>

ICAP | REDE PERGAMUM | BRASIL
<http://www.pergamum.pucpr.br/icap/index.php>

REDIB | GOVERNO DA ESPAÑA
<https://www.redib.org/>

Missão: A Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL] dedica-se, prioritariamente, à publicação de artigos científicos sobre direitos fundamentais. A [EJLL] tem preferência por estudos relativos aos direitos fundamentais sociais e civis estabelecidos em Tratados de Direitos Humanos e em Constituições. Neste âmbito, a EJLL tem especial interesse por trabalhos que adotam a metodologia dogmático-jurídica de análise e de crítica da existência jurídica, da natureza normativa, da estrutura formal, da vigência, de vínculos de obrigações, dos meios jurídicos disponíveis para concretizá-los, de restrições, violações e de responsabilidades por atos ilegítimos que envolvem direitos fundamentais. Por causa da atenção com a efetividade social desses direitos, a EJLL também incentiva a submissão de trabalhos que adotam metodologias de análise e de crítica filosófica de teorias e discursos, bem como trabalhos que adotam metodologias das ciências sociais e que ofereçam análise e crítica de políticas públicas específicas, bem como de práticas sociais (de empresas, de movimentos sociais, de organizações não governamentais, de indivíduos) relativas esses direitos fundamentais. Terão alta prioridade para publicação os artigos que ofereçam relevantes contribuições para aprimorar o entendimento relativo ao dever de respeito, de proteção jurídica, de não retrocesso e de efetivação progressiva desses direitos.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO PELOS PARES

A revisão de artigos científicos é realizada pelo método “double blind peer review”. Por esse método, que é também conhecido como de “duplo anonimato”, o autor é anônimo, os avaliadores são anônimos e especialistas na área do artigo. A Revista conta com uma equipe de mais de 80 revisores ad hoc, nacionais e estrangeiros, todos doutores e especialistas nos temas prioritários do periódico. Os revisores podem sugerir a rejeição de artigos, porém com fundamentação. Os originais não são devolvidos. O resultado da avaliação sempre é enviado ao autor. Antes de serem publicados, os artigos aprovados são encaminhados à Editora da Unoesc para a revisão final de normalização e formatação. Os autores terão acesso à versão revisada de seus trabalhos e podem fazer ajustes formais nessa última etapa.

ÉTICA DO PEER REVIEW | EJLL:

FINALIDADE. A revisão por pares garante que apenas boas pesquisas sejam publicadas. É também uma forma de melhorar a qualidade das pesquisas, pois os autores recebem as sugestões e críticas formuladas.

ESPECIALIDADE. Ao receber um convite para revisar um artigo da EJLL o revisor deve considerar se “o artigo realmente corresponde à sua área de conhecimento”.

TEMPO ADEQUADO. O revisor deve considerar se “tem tempo para revisar”. Estimamos que demora, em média, três horas para fazer uma revisão adequadamente. Se não puder, o revisor deve comunicar o editor imediatamente e, se possível, ajustar o prazo com o Editor ou recomendar o nome de outros possíveis revisores.

CONFLITO DE INTERESSES: O revisor deve considerar se há algum potencial conflito de interesse. Um conflito de interesse não impede, necessariamente, a revisão de um artigo, mas transparência com o editor possibilita a correta tomada de decisão pela EJLL.

SIGILO: A revisão deve ser conduzida de maneira confidencial. O artigo não deve ser exposto a outras pessoas. Se desejar saber a opinião de colegas a respeito do artigo, o revisor deve comunicar o editor com antecedência.

COMITÊ DE ÉTICA: Pesquisas que envolvem seres humanos ou substâncias humanas como objeto de pesquisa serão avaliadas também, em blind review, pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNOESC, nos termos do Art. 3o, II, VI e nos temas do Art. 3o. IX, do Regimento Interno, disponível em: http://www.unoesc.edu.br/images/uploads/pesquisa/res.106-consun-2013altera_regimento_interno_comite_etica_em_pesquisa-unoesc_e_hust_1.pdf

PARECER SUFICIENTE. O revisor deve oferecer um parecer simples, claro e completo. Suas recomendações contribuirão para a decisão final a ser tomada pelos editores.

A PRIMEIRA AVALIAÇÃO:

A primeira avaliação do artigo é feita pela Equipe Editorial da Revista, Editor-chefe e Editor de Seção. Avalia-se se o estudo é um avanço legítimo e inovador, se é apresentado de forma clara e concisa, e se está no contexto mais amplo dos desenvolvimentos da área dos direitos humanos e dos direitos fundamentais.

SUMÁRIO

EDITORIAL

SUBMISSÕES A PERIÓDICOS E REAÇÃO A INCENTIVOS	173
--	-----

DIREITOS HUMANOS E CENÁRIO INTERNACIONAL

GUERRA, MEDO E DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE DA COMPLEXA ORDEM MUNDIAL ATUAL	175
---	-----

War, fear and human rights: an analysis of the complex current world order

Gilmar Antonio Bedin, Aline Michele Pedron Leves, André Giovane de Castro

INJUSTIÇA AMBIENTAL E SUAS VOZES: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DA VISÃO PLURALISTA DE JUDITH SHKLAR SOBRE A INJUSTIÇA	191
--	-----

Environmental injustice and its voices: a discussion from Judith Shklar's pluralist view on injustice

Lucas Dagostini Gardelin, Lucas Mateus Dalsotto

TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

NOTAS SOBRE ARQUITETURA INFORMACIONAL EM FACE DOS DEZ ANOS DE VIGÊNCIA DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI) NO CENÁRIO BRASILEIRO .	213
---	-----

Notes on informational architecture in view of the ten years of effectiveness of the Access to Information Law (LAI) in the brazilian scenario

Gabrielle Bezerra Sales Sarlet , Carlos Alberto Molinaro

COVID-19 PANDEMIC AN THE HUMAN RIGHTS VIOLATION IN BRAZIL BY UNCONSTITUTIONALITY STATE AND MUNICIPAL DECREES	237
---	-----

A pandemia de Covid-19 e as violações de Direitos Humanos no Brasil por decretos estaduais e municipais inconstitucionais

Emerson Ademir Borges de Oliveira, Jefferson Aparecido Dias

TEORIA DOS PRINCÍPIOS E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

ROBERT ALEXY'S BALANCING: WHY NOT?	257
---	-----

Ponderação de Robert Alexy: Por que não?

Fábio Carvalho de Alvarenga Peixoto

DIREITOS FUNDAMENTAIS CIVIS

DIREITO FUNDAMENTAL À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E OS LIMITES DA FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA 283

FUNDAMENTAL RIGHT TO PERSONAL DATA PROTECTION AND THE LIMITS OF TAX SUPERVISION

Alisson Possa, Luciano Felício Fuck

SUBINCLUSÃO NA MODERNIDADE PERIFÉRICA: UMA ANÁLISE SISTÊMICA DO PODER COERCITIVO ENCARCERATÓRIO DO ESTADO BRASILEIRO 301

SUBINCLUSION IN PERIPHERAL MODERNITY: A SYSTEMIC ANALYSIS OF THE COERCITIVE INCARCERATORY POWER OF THE BRAZILIAN STATE

Lucas Lanner De Camillis, Renata Almeida da Costa, Germano Schwartz

ANÁLISE DE CASOS

A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E A TUTELA INÉDITA DOS DIREITOS SOCIAIS: ANÁLISE DO CASO COMUNIDADES INDÍGENAS MIEMBROS DE LA ASOCIACION LHAKA HONHAT VS. ARGENTINA À LUZ DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE..... 317

The Inter-american Court of Human Rights and the unpublished tutelage of Social Rights: an analysis about the case indigenous communities Miembros de la Asociacion Lhaka Honhat vs. Argentina using the personality rights as a point of view

Bruna Caroline Lima de Souza, Dirceu Pereira Siqueira

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PROFISSIONAIS CIVIS DA SEGURANÇA PÚBLICA: ESTUDO DA DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 734 341

Freedom of expression and civilian public security professionals: a study of the Federal Supreme Court's decision in the claim of non-compliance with a Fundamental Precept 734

Gabriel Manzano Dias Marques, Felipe Kauê Lima Moreira, Wilson Antônio Steinmetz

ENTREVISTA

A CONSTITUIÇÃO DO ALGORITMO - ENTREVISTA COM FRANCISCO BALAGUER CALLEJÓN 349

Entrevistado: Francisco Balaguer Callejón, Entrevistador: Alberto Randazzo